FONSECA, Igor Ferraz Da; BURSZTYN, Marcel; MOURA, Adriana Maria. **Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente.** Revista de Sociologia e Política, 2012, P.183-198.

O objetivo do artigo é analisar a relação entre o campo técnico e político presente em debates nos conselhos gestores de políticas ambientais no Brasil. Foi possível observar diversos problemas nos espaços de participação social e implementação de políticas. Entre eles está destacado a questão da linguagem técnica nos processos decisórios.

Na literatura é visto uma linguagem mais especializada no processo político de decisão como um fator de dominação do processo político, tornando a compreensão mais difícil, assim, legitimando interesses próprios e silenciando outros. Além disso, considera-se a linguagem técnica causadora da despolitização do papel dos conselhos ao minimizar questões políticas e estratégicas a debates técnicos, perdendo o teor social.

Deste modo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) realizou uma pesquisa interna para analisar como a linguagem técnica é retratada no processo de decisão nos conselhos. Por meio de questionários, entrevistas e observações foi obtido como resultado um conselheiros qualificados (graduados e pós-graduados), entretendo com baixo conhecimento pleno dos assuntos tratados.

Em vista disso, é possível explica tal dificuldade devido a exigência de multiplicidade de assuntos, indo além a área de formação de alguns integrantes, de forma aprofundada para o comprimento de suas competências. Ademais, fica evidente a importância do teor técnico nos debates do Conama para a definição de padrões técnicos para a gestão ambiental e no aconselhamento de leis, evitando padrões inaplicáveis e interpretações duvidosas.

Com isso, uma das principais soluções apresentadas para os problemas apresentados na literatura sobre a linguagem técnica é a capacitação dos gestores, contudo é observado que a constante troca de conselheiros torna ineficaz tal ação, pois ao atribuir termos ambientais, científicos e jurídicos a um representante ele é logo retirado e trocado, assim, descontinuando o processo e diminuindo o teor técnico da gestão.

Desta forma, fica evidente a importância de garantir um equilíbrio na relação técnica e política nas decisões dos conselhos gestores ambientais entre a técnica e a política. Além da análise do paradoxo criado, que é essencial para o aprofundamento do tema.